

Procuradoria Jurídica

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 007/2019 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2019

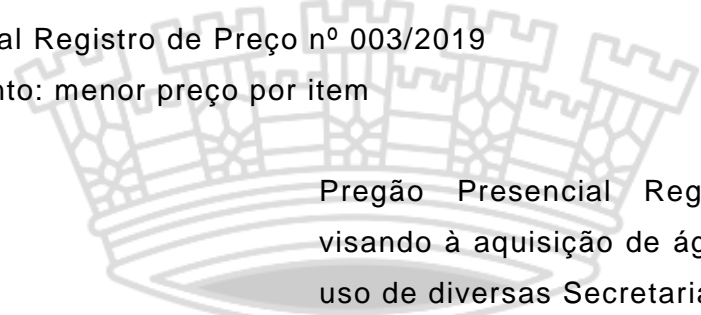
Município de Rio Pardo/RS

Diversas Secretarias

Edital de licitação nº 007/2019

Pregão Presencial Registro de Preço nº 003/2019

Tipo de julgamento: menor preço por item



Pregão Presencial Registro de Preço
visando à aquisição de água mineral, para
uso de diversas Secretarias municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO PARDO/RS, Sr. Rafael Reis Barros, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, na Prefeitura Municipal, localizada na Rua Andrade Neves, nº 324, se reunirão o pregoeiro e a equipe de apoio, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, de acordo com o contido no Edital de Licitação nº 007/2019, fará realizar licitação na Modalidade Pregão Presencial – Registro de Preço nº 003/2019, do tipo “*Menor preço por item*”, objetivando a aquisição de objetos constante neste edital, nos termos do presente edital, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e especificamente neste processo licitatório conforme o artigo 48, da lei 123/2006, alterada pela lei 147/2014, no sentido de que os participantes deverão obrigatoriamente estar enquadrados como ME e EPP, em razão de que o preço por item estimado é abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). *Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#).*

DATA, HORA E LOCAL

Procuradoria Jurídica

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 19 de fevereiro de 2019.

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: Às 09:00h, horário de Brasília - DF.

SITE (PARA INFORMAÇÕES): <http://www.riopardo.rs.gov.br>.

TELEFONE: (51)3731-1225

EMAIL: licitacao@riopardo.rs.gov.br

1. DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente Pregão Presencial – Registro de Preço a aquisição dos seguintes itens:

Item	Quantidade mínima	Quantidade máxima	Descrição
01	01	1630	Água mineral sem gás (Bombonas com 20 litros)

1.2. O Município de Rio Pardo não está obrigado a adquirir as quantidades máximas previstas nos itens do objeto cotado na tabela acima; mas sim de acordo com a necessidade da Secretaria solicitante.

1.3. A Secretaria competente deverá, antes da emissão do empenho, solicitar autorização da Secretaria de Fazenda.

2. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

AO

MUNICÍPIO DE RIO PARDO – RS

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 007/2019

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 003/2019

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA

Procuradoria Jurídica

PROPONENTE (Nome completo da empresa e CNPJ)

AO

MUNICÍPIO DE RIO PARDO – RS

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 007/2019

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2019

ENVELOPE Nº 02 – HABILITAÇÃO

PROPONENTE (Nome completo da empresa e CNPJ)

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

3.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

3.1.1. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

3.2. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

3.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

Procuradoria Jurídica

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

a.5) registro comercial, se empresa individual.

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance (s) em licitação pública; **ou**

b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, com a firma reconhecida (ANEXO I).

3.4 A licitante deverá apresentar declaração de “pleno atendimento aos requisitos da proposta e dos documentos de habilitação” (ANEXO II).

Observação 1: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 2: No caso dos itens 3.3.a e 3.3.b.1, a apresentação da carta de credenciamento fica dispensada.

Observação 3: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

3.5 Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

Procuradoria Jurídica

3.6 As microempresas ou empresas de pequeno porte (enquadradas nos termos do artigo 3º da Lei Complementar 123/06) ou cooperativas (enquadradas nos termos do artigo 34 da Lei nº 11.488/07) que pretendem se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45, da Lei Complementar 123/06, deverão apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração, firmada por contador ou técnico contábil e o seu número de registro no CRC, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa e está excluída das vedações constantes no parágrafo 4º do artigo 3º do referido diploma legal, **ou**, quando for o caso, poderá apresentar certidão simplificada do seu enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte junto a Junta Comercial do Estado onde se localiza a empresa licitante, (conforme Instrução Normativa nº 103, de abril de 2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC. A referida certidão deverá ter sido expedida em no máximo 03 (três) meses anteriores a data determinada para a entrega dos envelopes.

3.7 A não apresentação do documento de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa de acordo com as disposições deste capítulo não será motivo de inabilitação da licitante, entretanto a sua omissão será entendida como renúncia a qualquer privilégio, recebendo, portanto, o mesmo tratamento das demais empresas, não beneficiadas pelo disposto nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123/06.

3.8 O Município não se responsabiliza por envelopes enviados pelo correio ou outro meio de transporte, entregues após o horário fixado neste procedimento licitatório.

3.9 A licitante, cujo representante apresentar-se ao local de realização da sessão pública após o término da análise da documentação de credenciamento (ou seja, início da abertura dos envelopes de propostas) será considerada como retardatária. Nesta hipótese admitir-se-á sua participação somente como ouvinte.

4. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

4.1 No dia, hora e local, mencionados neste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nº 01 - PROPOSTA e nº 02 - DOCUMENTAÇÃO.

4.2 Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

Procuradoria Jurídica

4.3 O pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas, conforme item 3.

5. DA PROPOSTA DE PREÇO:

5.1 A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 dias, deverá ser apresentada em folhas sequencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:

a) razão social da empresa;

b) descrição completa do produto ofertado, constando marca, modelo, referências e demais dados técnicos;

c) preço unitário líquido, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora.

Observação: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

5.2 Os preços propostos serão considerados completos, objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da licitante.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

6.1 Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

Procuradoria Jurídica

6.2 Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

6.3 No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada de maior preço, até a proclamação da vencedora.

6.4 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.5 A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.

6.5.1 Dada a palavra a licitante, esta disporá de 60s (sessenta segundos) para apresentar nova proposta.

6.6 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

6.6.1 A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a R\$ 1,00 (um real), salvo disposição diversa do pregoeiro, quando do certame.

6.7 Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 13 deste edital.

6.8 O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

6.9 Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

Procuradoria Jurídica

6.10 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.11 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

6.12 A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

6.13 Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c) afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5;
- b) contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

6.14 Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

6.15 Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.5.1, deste edital.

Procuradoria Jurídica

6.15.1 Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

6.16 Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 6.15.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

6.17. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 6.16 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

6.18. O disposto nos itens 6.15 a 6.17, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

6.19. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

6.20. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

Procuradoria Jurídica

7. DA HABILITAÇÃO:

7.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar, dentro do **ENVELOPE Nº 02**, os seguintes documentos:

7.1.1 Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358-02 (ANEXO III);

7.1.2 Declaração de que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, em quaisquer das suas esferas (ANEXO IV);

7.1.3 Declaração de que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista (ANEXO V);

7.1.4 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

d) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

7.1.4.1. Será dispensada da apresentação, no envelope de habilitação, dos documentos referidos no item 7.1.4, a empresa que já os houver apresentado no momento do credenciamento, previsto no item 3 deste edital.

7.1.5 REGULARIDADE FISCAL:

a) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;

b) prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados

Procuradoria Jurídica

pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa).

c) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

e) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f) Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da Sede da Pessoa Jurídica, com validade de 90 dias da expedição;

g) Certidão Negativa do Cartório de Protesto de Títulos do Domicílio do proponente, com validade de 30 dias da expedição.

7.1.6 REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Observação: Caso algum dos documentos fiscais obrigatórios, exigidos para cadastro esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emissor do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

7.3 A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 3.5.1, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 7.1.3, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 5 (cinco) dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

Procuradoria Jurídica

7.3.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

7.3.2. Ocorrendo à situação prevista no item 7.3, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

7.3.3. O benefício de que trata o item 7.3 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

7.3.4. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.3, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 13.1, alínea a, deste edital.

7.4. O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

Observação A: Sugerimos que as certidões de regularidade fiscal estejam grifadas por marca texto nos campos “nome da empresa” e “validade da certidão”.

Observação B: Sugerimos que os documentos sejam apresentados na estrita sequência do edital.

8. DA ADJUDICAÇÃO:

8.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital,

Procuradoria Jurídica

sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

8.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

9.1. Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

9.2. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

9.3. A manifestação expressa de intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

9.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

10. DOS PRAZOS:

10.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 10 (dez) dias, convocará os participantes classificados para assinar a ata de registro de preços, desde que aceite vender pelo preço do 1º classificado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

Procuradoria Jurídica

10.2.O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

10.3.O prazo de entrega dos produtos é de 10 (dez) dias, a contar da emissão da nota de empenho, na medida da solicitação da Secretaria competente.

11. DO RECEBIMENTO:

11.1.A entrega dos itens licitados deverá se dar em local a ser informado pela Secretaria competente, livre de desembaraços e quaisquer ônus, tais como despesas com fretes e/ ou demais gastos.

11.2.Todas as demais despesas que por ventura ocorram para a realização e do objeto, serão de única responsabilidade da empresa contratada. Entende-se como tais, pagamento dos salários da força humana, bem como todos e quaisquer encargos e direitos trabalhistas que possam surgir quando da realização do serviço.

11.3.Verificada a desconformidade de algum dos produtos, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

11.4.O material a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

11.5.A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

12. DO PAGAMENTO, DO PRAZO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

12.1.O Município efetuará o pagamento do objeto até o 15º dia do mês subsequente ao vencido, mediante apresentação de atestado emitido pela secretaria competente.

12.2.O pagamento ocorrerá a medida da efetiva entrega dos itens constantes no objeto, acompanhadas da correspondente Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura.

12.3.A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da licitação, número do pregão presencial registro de

Procuradoria Jurídica

preço e da ordem de fornecimento (empenho), a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do bem e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

12.4.Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período.

12.5.O prazo de vigência da contratação será durante o prazo de um ano a contar da assinatura da ata.

12.6.Os recursos necessários à cobertura das despesas resultantes desta Licitação correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

Item	Descrição	Secretaria	Quant. Mín.	Quant. Máx.	Red.
01	Água mineral sem gás (Bombonas com 20 litros)	Agricultura e Abastecimento	01	20	4155-6
01	Água mineral sem gás (Bombonas com 20 litros)	Saúde	01	500	257-7 599-1 568-1 1025-1 3438-0 431-6 4505-5 4890-9
01	Água mineral sem gás (Bombonas com 20 litros)	Fazenda	01	250	2108
01	Água Mineral sem gás (Bombonas com 20 litros)	Trânsito	01	20	3817-2 3838-5
01	Água mineral sem gás (Bombonas com 20 litros)	Meio Ambiente	01	10	3872-5
01	Água mineral sem gás (Bombonas com 20 litros)	Assistência Social	01	500	4999-9 4928-0 4986-7 4987-5

Procuradoria Jurídica

					4207-2
01	Água mineral sem gás (Bombonas com 20 litros)	Procuradoria Jurídica	01	250	2254
01	Água mineral sem gás (Bombonas com 20 litros)	Planejamento	01	80	3489-4

13. DAS PENALIDADES:

13.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: *afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;*

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*

d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência;*

e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10(dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: *multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;*

f) inexecução parcial do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*

g) inexecução total do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;*

Procuradoria Jurídica

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: *declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.*

13.2. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

13.3. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.01. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Rio Pardo, setor de Licitações, sito na Rua Andrade Neves, nº 324, ou pelo telefone (51) 3731 1225, ou através do e-mail: licitacao@riopardo.rs.gov.br, no horário compreendido entre as 8 e 14 horas, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

14.02. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, setor de Licitações.

14.03. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

14.04 Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e os números de fax e telefone.

Procuradoria Jurídica

14.05 Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, por tabelião ou por servidor, ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.

14.06. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, sobre o valor inicial contratado.

14.07. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

14.08. É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela equipe de apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originalmente na proposta.

14.09. A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer fase da licitação.

14.10. A CONTRATANTE não aceitará sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do CONTRATADO para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou, quaisquer outros.

14.11. No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ser:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação;

Procuradoria Jurídica

c) revogar em conformidade ao art. 49 da 8.666/93 e alterações.

14.12. Fica eleito o Foro da Comarca de Rio Pardo para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Rio Pardo, 06 de fevereiro de 2019.

RAFAEL REIS BARROS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

O Presente Edital está de acordo com as formalidades legais.

Este edital foi devidamente examinado e
aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Em 06-02-2019

André Luiz Kipper

OAB/RS 52.569

Assessor Jurídico

Procuradoria Jurídica

ANEXO I (modelo)

CARTA DE CREDENCIAMENTO

A empresa _____ credencia o (a) Sr. (a) _____
CPF _____, RG _____,
conferindo – lhe todos os poderes necessários à prática de quaisquer atos relacionados ao Pregão Presencial Registro de Preço nº /2019 assim como os específicos para rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações, impugnações ou recursos e assinar atas.

Endereço da Empresa, _____ de _____ de 2019.

Carimbo e Assinatura

OBS: Não serão aceitos o preenchimento dos Anexos (modelos) contidos neste Edital de Licitação e sim em folhas da própria Empresa devidamente carimbada e assinada.

Procuradoria Jurídica

ANEXO II(modelo)

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

A empresa _____, estabelecida _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ declara, sob as penas da Lei, conhecer e aceitar as condições constantes deste Processo Licitatório - Pregão Registro de Preço e seus anexos, e que atendemos plenamente aos requisitos da proposta e dos documentos de habilitação, nos termos do art. 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

Endereço da Empresa, _____ de _____ de 2019.

Carimbo e Assinatura

OBS: Não serão aceitos o preenchimento dos Anexos (modelos) contidos neste Edital de Licitação e sim em folhas da própria Empresa devidamente carimbada e assinada.

Procuradoria Jurídica

ANEXO III (modelo)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENORES NOS QUADROS FUNCIONAIS

A Empresa _____, CNPJ nº.
_____, por seu representante legal, Sr.
_____, CPF nº. _____, sob as penas da lei e para
fins desta Licitação, declara que não possui em seu Quadro Funcional menores de 18 (de-
zoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos
em qualquer tipo de trabalho, nos termos previstos no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constitui-
ção Federal.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Endereço da Empresa, _____ de _____ de 2019.

Carimbo e Assinatura

OBS: Não serão aceitos o preenchimento dos Anexos (modelos) contidos neste Edital de Licitação e sim em folhas da própria Empresa devidamente carimbada e assinada.

Procuradoria Jurídica

ANEXO IV (modelo)

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaro, sob as penas da Lei, para fins desta Licitação, que a empresa _____, CNPJ nº. _____ não foi considerada/declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do Inciso IV, do Art. 87 da Lei 8.666/93, bem como, que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente a entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira.

Endereço da Empresa, _____ de _____ de 2019.

Carimbo e Assinatura

OBS: Não serão aceitos o preenchimento dos Anexos (modelos) contidos neste Edital de Licitação e sim em folhas da própria Empresa devidamente carimbada e assinada.

Procuradoria Jurídica

ANEXO V

DECLARAÇÃO NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO SERVIDOR PÚBLICO

Declaro, sob as penas da Lei, para fins de Licitação, que a empresa _____ – CNPJ: _____._____._____/_____-__, participante da licitação Pregão Presencial nº _____, não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

Endereço da Empresa, _____ de _____ de 2019.

Carimbo e Assinatura

OBS: Não serão aceitos o preenchimento dos Anexos (modelos) contidos neste Edital de Licitação e sim em folhas da própria Empresa devidamente carimbada e assinada.

Procuradoria Jurídica

ANEXO VI (modelo)

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ___/___

Aos _____ do mês de _____ de dois mil e dezenove, nas dependências do Setor de Licitações do Município de Rio Pardo, localizada na Rua Andrade Neves, nº 324, centro, CEP nº 96.640-000, se reuniu o pregoeiro e a equipe de apoio, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, visando _____, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, face ao resultado da licitação, modalidade Pregão Presencial Registro de Preços nº _____/2019, homologada em ____/____/____ pelo Prefeito Municipal, resolve REGISTRAR OS PREÇOS mais vantajosos, por item, observadas as condições do Edital que rege o referido Pregão, aquelas enunciadas nessa ata e nos itens que se seguem, onde a EMPRESA _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, localizada na _____ no Município de _____, telefone nº (____) _____, representada por _____, _____, fora vencedora dos seguintes itens:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

Constitui objeto da presente Ata, visando à aquisição de água mineral, para uso de Diversas Secretarias, nos seguintes termos:

Item	Quantidade mínima	Quantidade máxima	Descrição
01	01	1630	Água mineral sem gás (Bombonas com 20 litros)

CLÁUSULA SEGUNDA: Do Fornecimento e da Entrega

A Contratada deverá se comprometer a cumprir fielmente o objeto da presente Ata.

Procuradoria Jurídica

A Contratada deverá fornecer os itens objeto da presente licitação à medida da necessidade, no prazo máximo de até 10 (dez) dias após a solicitação da respectiva Secretaria.

Os itens constantes do objeto deverão ser entregues nos locais que serão informados pela Secretaria Competente.

Todas as demais possíveis despesas que por ventura ocorram para a realização e do objeto, serão de única responsabilidade da empresa contratada. Entende-se como tais, pagamento dos salários da força humana, bem como todos e quaisquer encargos e direitos trabalhistas que possam surgir quando da realização do serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ata e Aquisição

O Município de Rio Pardo não está obrigado a adquirir a quantidade máxima do objeto cotado nos itens da tabela acima; mas sim de acordo com a necessidade solicitada pela Secretaria competente.

CLÁUSULA QUARTA: Dos Preços

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela aquisição do objeto, em moeda corrente nacional, o valor máximo de até R\$ _____.

O preço inclui todas as despesas de custos diretos e/ou indiretos, tais como: transporte, encargos salariais, trabalhistas, sociais, previdenciários, comerciais, fiscais e lucros.

CLÁUSULA QUINTA – Dos Recursos Financeiros

As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta dos Recursos Financeiros previstos na Lei Orçamentária do ano de 2019.

Procuradoria Jurídica

Item	Descrição	Secretaria	Quant. Mín.	Quant. Máx.	Red.
01	Água mineral sem gás (Bombonas com 20 litros)	Agricultura e Abastecimento	01	20	4155-6
01	Água mineral sem gás (Bombonas com 20 litros)	Saúde	01	500	257-7 599-1 568-1 1025-1 3438-0 431-6 4505-5 4890-9
01	Água mineral sem gás (Bombonas com 20 litros)	Fazenda	01	250	2108
01	Água mineral sem gás (Bombonas com 20 litros)	Trânsito	01	20	3817-2 3838-5
01	Água mineral sem gás (Bombonas com 20 litros)	Meio Ambiente	01	10	3872-5
01	Água mineral sem gás (Bombonas com 20 litros)	Assistência Social	01	500	4999-9 4928-0 4986-7 4987-5 4207-2
01	Água mineral sem gás (Bombonas com 20 litros)	Procuradoria Jurídica	01	250	2254
01	Água mineral sem gás (Bombonas com 20 litros)	Planejamento	01	80	3489-4

CLÁUSULA SEXTA – Do Reajustamento dos Preços.

Os preços serão fixos e não sofrerão qualquer tipo de reajustamento.

Procuradoria Jurídica

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Pagamento

O Município efetuará o pagamento do objeto até o 15º dia do mês subsequente ao vencido, mediante apresentação de atestado emitido pela secretaria competente.

O pagamento ocorrerá a medida da efetiva entrega dos itens constantes no objeto, acompanhadas da correspondente Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura.

A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da licitação, número do pregão presencial registro de preço e da ordem de fornecimento (empenho), a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do bem e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período.

CLÁUSULA OITAVA - Dos Prazos

O prazo de vigência da contratação será durante o prazo de um ano a contar da assinatura da Ata contratual.

CLÁUSULA NONA– Dos Direitos e das Obrigações

DOS DIREITOS:

Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto desta Ata nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e nos prazos convencionados; e

O Município poderá fiscalizar a qualquer momento a qualidade dos produtos.

DAS OBRIGAÇÕES:

Constituem obrigações do CONTRATANTE;

Efetuar o pagamento ajustado e;

Dar à CONTRATADA as condições necessárias a regular execução da Ata;

Constituem obrigações do CONTRATADO:

Fornecer os produtos, objeto da Ata, segundo forma e condições ajustadas;

Procuradoria Jurídica

Manter disponível durante toda a execução da Ata, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Apresentar durante toda a execução da Ata, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, bem como Certidões Negativas de Débito Salarial, expedida pela Delegacia Regional do Trabalho;

Assumir responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução da presente Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da Inexecução da Ata

A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no artigo 77 da Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Rescisão

Esta Ata poderá ser rescindida:

Por ato unilateral da Administração nos casos dos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal Nº. 8666, de 21 de junho de 1993.

Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a Termo de Processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração; e

Judicialmente nos termos da legislação.

A rescisão desta Ata implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, bem como na assunção do objeto pela CONTRATANTE na forma que a mesma determinar.

Procuradoria Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Penalidades e das Multas:

Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

Executar a Ata com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

Executar a Ata, com atraso injustificado até o limite de 2 dias após, os quais serão considerados como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

Inexecução parcial da Ata: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido da Ata;

Inexecução total da Ata: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado da Ata;

Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 2 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado da Ata.

As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

Nenhum pagamento será efetuado pela Administração, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Advertência, verbal ou escrita, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Edital ou deste instrumento, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução da Ata, não eximindo a CONTRATADA das demais sanções ou multas;

Multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor contratual reajustado pelo descumprimento de quaisquer outras cláusulas deste instrumento;

Para efeito deste item, serão consideradas como infrações contratuais:

Não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste instrumento, especificações, projetos ou prazos;

A entrega do objeto fora das especificações exigidas;

Procuradoria Jurídica

Recusa no fornecimento de informações relacionadas aos materiais, objetos deste certame;

Prestação dos serviços sem as observâncias das normas técnicas e de segurança, expedidas pela ABNT, ou outro órgão oficial competente.

À CONTRATADA serão, ainda, atribuídas as multas pecuniárias relacionadas no Edital/Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da Eficácia

A presente ata somente terá eficácia após a assinatura por ambas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Das Disposições Gerais

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio Pardo/RS, para dirimir dúvidas ou questões oriundas da presente Ata.

E por estarem de pleno acordo assinam o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma na presença das testemunhas.

O Edital de Licitação nº. 007/2019 – Pregão Presencial Registro de Preço nº. 003/2019 e suas cláusulas são partes integrantes desta Ata.

Rio Pardo – RS, _____ de _____ de 2019.

Rafael Reis Barros

Prefeito Municipal

Empresa

CNPJ nº _____